

Juventude desempregada e políticas públicas: os impactos do Consórcio Social da Juventude de Belo Horizonte.

Geraldo Mageta Pereira.

Cita:

Geraldo Mageta Pereira (2007). *Juventude desempregada e políticas públicas: os impactos do Consórcio Social da Juventude de Belo Horizonte*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1564>

Juventude desempregada e políticas públicas: os impactos do Consórcio Social da Juventude de Belo Horizonte

Geraldo Magela Pereira Leão

UFMG, MG, Brasil

gleao2001@yahoo.com.br

Resumen:

Este trabalho apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa realizada junto aos jovens atendidos pelo do Consórcio Social da Juventude do Município de Belo Horizonte – MG em 2004. Uma iniciativa do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE, o CSJ tem como objetivos criar oportunidades de trabalho, emprego e renda para jovens em situação de maior vulnerabilidade social por meio da articulação dos esforços do setor governamental e da sociedade civil. A pesquisa envolve duas fases: quantitativa e qualitativa. Na sua primeira fase, no último trimestre de 2005, foram realizadas 138 entrevistas com jovens egressos do programa, por meio de questionários com questões estruturadas. A segunda fase consistiu de entrevistas semi-estruturadas com gestores de algumas entidades e com alguns jovens egressos. Os dados revelam o quadro de desigualdades sociais que marca a trajetória de vida dos jovens brasileiros. Além da classe social, tais desigualdades se multiplicam de acordo com o pertencimento de gênero e raça. Nesse cenário de incertezas e riscos, a expectativa dos jovens e dos seus familiares era de que o Programa se constituísse em uma alternativa de acesso a um mercado de trabalho restrito e precário.

I – Introdução

Este artigo apresenta alguns dados de uma pesquisa ¹ com jovens que participaram do Consórcio Social da Juventude de Belo Horizonte – CSJ/BH, uma ação que integra do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego do Governo Federal – PNPE. Através de dados coletados junto aos jovens atendidos, pretendia-se conhecer o impacto do programa como uma política pública de juventude nas suas diferentes dimensões: inserção no trabalho, transferência de renda, elevação da escolaridade e participação política e social.

¹ A pesquisa Juventude Desempregada e Políticas Públicas contou com o apoio do CNPQ e da FAPEMIG.

O universo da pesquisa compreendeu os jovens de 16 a 24 anos que participaram do programa no período de 12 de fevereiro a 25 de junho de 2004. A pesquisa foi estruturada em duas fases: uma quantitativa e outra qualitativa. A primeira fase consistiu da aplicação de 138 entrevistas, entre outubro e dezembro de 2005, junto a jovens egressos do programa, identificados a partir de lista de participantes da experiência contendo 574 nomes e selecionados de forma aleatória. Os dados obtidos da aplicação do questionário contendo 73 questões bordavam o perfil sócio-econômico dos jovens entrevistados, a avaliação deles acerca das atividades desenvolvidas e informações em termos de inserção no trabalho, ampliação da escolaridade e participação social. A segunda fase da pesquisa consistiu da aplicação de entrevistas semi-estruturadas durante o segundo semestre de 2006, com quatro gestores das entidades envolvidas no CSJ-BH e quatro jovens escolhidos entre os que responderam ao questionário inicial.

O foco da pesquisa não se concentrou sobre a avaliação da eficácia e da eficiência do programa como política pública de trabalho e renda, embora o percurso seguido aborde questões importantes quanto a esse aspecto. Ao reencontrar os jovens que participaram do CSJ-BH a investigação pretendeu compreender qual o seu impacto em termos de ampliação das condições de vivência da juventude. Assim, nos interessa o sentido que as políticas para a juventude têm adquirido para os jovens na articulação entre viver o presente e projetar o futuro, considerando que a inserção profissional adquire nesse caso um dimensão importante.

II – Trabalho e não-trabalho nas transições para a vida adulta

A experiência da juventude brasileira quanto ao trabalho parece revelar uma dupla face. Por um lado constitui-se numa experiência comum a muitos jovens, muitas vezes de uma forma precoce. Por outro lado, tal experiência tem sido marcada pela precariedade, quando não pela sua falta. De acordo com dados de uma pesquisa da UNESCO com jovens de 15 a 29 anos, no Brasil 56,1% dos jovens estavam ocupados em 2004, contra 22,8% desocupados e 21,1% inativos. Entre os jovens que estão trabalhando, uma boa parte (38,4%) disseram não receber benefícios de seus trabalhos, o que revela uma inserção ocupacional precária. Além disso, 61,3% considera que as atividades que desempenham não têm relação com aquilo que estudam ou estudaram. Essas questões talvez ajudem a

explicar porque perto da metade dos jovens brasileiros (46,9%) estejam à procura de um trabalho. (UNESCO, 2006)

O trabalho é uma dimensão relevante para as pessoas nas sociedades modernas. Como nos lembra GIDDENS (2005), mesmo sob condições adversas *o trabalho tende a representar um elemento estruturador na composição psicológica das pessoas e no ciclo de suas atividades diárias*. Diversas características apontadas por esse autor podem nos informar sobre a importância que o trabalho adquire para os jovens: a independência financeira, a estruturação do tempo tendo como referência uma rotina diária de trabalho, os laços de sociabilidade, a variedade no convívio com outros espaços sociais e um sentido de investimento e identidade pessoal. Desta maneira o fato de não trabalhar ou de ser obrigado a ajustar-se a qualquer emprego pode significar para muitos jovens, principalmente aqueles com menos recursos econômicos e sociais, uma fonte de sofrimento e ausência de perspectivas quanto ao futuro.

Segundo QUEIROZ e CANESIN (2002), numa pesquisa com jovens trabalhadores alunos do ensino noturno, o trabalho assume um lugar de destaque entre os jovens pesquisados, apesar de muitos deles manifestarem uma “atitude realista” e “desencantada” em relação ao trabalho em face das dificuldades que encontram hoje para se inserirem e se manterem no mercado de trabalho. Segundo essas autoras, para os jovens “falar sobre si é falar sobre o seu trabalho, ou sobre a sua falta, mostrando que a experiência ou a in experiência de trabalho constitui elemento fundamental para sua definição identitária”. De uma maneira geral, podemos dizer que o trabalho assume um lugar privilegiado para os jovens como possibilidade de construção de sua autonomia e reconhecimento perante os familiares e amigos.

Como uma das dimensões que constituem as identidades juvenis, o trabalho assume diversos significados e desencadeia diferentes atitudes e trajetórias dependendo do contexto e segundo os recortes de gênero, raça, classe e origem social, seja a partir das suas experiências como trabalhadores ou desempregados (CORROCHANO, 2001; SANCHIS, 1996; MARTINS, 1997; BAJOIT e FRANSSSEN, 1997; CHIESI e MARTINELLI, 1997, GUIMARÃES, 2005).

CORROCHANO (2001), ao investigar os sentidos e as atitudes de jovens operários de três indústrias brasileiras, constatou que *o trabalho permanece como esfera*

importante para os jovens entrevistados, *para além de uma dimensão exclusivamente instrumental*. Em face da conjuntura de desemprego que afeta a todos de uma forma generalizada, a importância do trabalho tendia a se deslocar para a *centralidade do emprego* como condição de realização dos projetos pessoais. Ao mesmo tempo, outros sentidos para o trabalho se faziam também presentes entre esse jovens. O sentido de *independência pessoal* entre as mulheres casadas e os mais jovens e solteiros, o trabalho como fonte de *dignidade* associada à idéia de provedores para os homens e por último, a *realização pessoal* para os jovens mais escolarizados e solteiros. Para a maioria, os projetos de vida se direcionavam para além do trabalho industrial: abrir um negócio próprio, conseguir ser promovido ao escritório ou ingressar no ensino superior. Nessa diversidade de sentidos e projetos para o trabalho e *para além de uma dimensão exclusivamente instrumental*, essa autora conclui que um elemento comum entre eles que parece indicar um traço geracional era o *firme atrelamento ao momento presente*:

“Há o desejo por um trabalho mais autônomo, onde predominem dimensões mais expressivas, e ao mesmo tempo os limites dados pela necessária sobrevivência. Marcados pela crise do trabalho assalariado, por um associativismo frágil, sem engajamentos significativos em quaisquer movimentos sociais onde pudessem radicar seus sonhos, descrentes na política institucional, sem ligação com o sindicato, era o fato de se considerarem jovens que lhes permitia acreditar na possibilidade de mudança.” (CORROCHANO, 2001: 185)

As atitudes dos jovens diante do trabalho também são analisados por GUIMARÃES (2005), a partir dos dados de uma pesquisa nacional sobre o perfil da juventude brasileira. Como eixo condutor de sua análise está a idéia de que, para além da tese do fim da centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas, os dados indicam que *o trabalho não apenas ainda está na ordem do dia, como se destaca com relação a outros aspectos tidos como reveladores de interesses “tipicamente juvenis”*. A importância do trabalho na vida dos jovens se revela a partir de diferentes sentidos atribuídos. Para uma parcela dos jovens (com 18 a 20 anos, mais escolarizados e com experiências regulares no mercado de trabalho) a *dedicação ao trabalho* é um **valor**. Embora minoritário, o sentido ético do trabalho permanece presente entre uma parcela dos jovens brasileiros (6%). Outro significado do trabalho para os jovens se coloca no plano de suas preocupações e interesses. Nesse caso é o sentido de **necessidade** que advém da experiência do desemprego e que erige o trabalho como um problema central, *fator de risco, desestabilizador das formas de*

inserção social e padrão de vida dos jovens brasileiros. Esse sentido se destaca especialmente para os jovens entre 18 e 20 anos com menor escolaridade e rendimentos. Um último significado que lhe é atribuído refere-se à noção de *direito*, seja como portadores de um direito que exercem (jovens com experiência regular de trabalho), seja como *sujeitos carentes de um direito* (jovens desempregados).

Tal importância atribuída ao trabalho pelos jovens e suas famílias defronta-se hoje com a sua ausência para muitos deles. A experiência da juventude brasileira tem sido marcada pelas dificuldades de acesso e permanência no mercado de trabalho em um contexto marcado pelas transformações produtivas a partir dos anos 90. (MARTINS, 1997; POCHMANN, 1998). Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (IBGE, 2007), em fevereiro de 2007 a taxa geral de desocupação no Brasil estava em 9,9%. Entre os jovens a taxa chegava a corresponder a quatro vezes a média para a população em geral, atingindo 37% entre os jovens de 18 a 24 anos. Se consideramos as pessoas em busca de um primeiro emprego a taxa correspondia a 18,1%.

Assim, se o trabalho tem um valor central para os jovens como possibilidade de autonomia e reconhecimento, sua ausência tem representado uma dificuldade, contribuindo para aumentar a incerteza e a sensação de risco. Para alguns jovens que têm melhores recursos econômicos, culturais e sociais, esse período pode ser usado como um tempo de investimento na sua formação geral ou profissional, se preparando para ao vestibular ou fazendo um curso profissionalizante. Mas para muitos jovens que não trabalham, a situação de desemprego pode ser vivida de uma forma negativa, como uma incapacidade quanto a projetar o futuro. Para esses, o desemprego acarreta a sentimento de tédio, vazio, ansiedade, vergonha e culpa, gerando muitas vezes uma atitude de isolamento da vida social. (CANESIN e QUEIROZ, 2002; BAJOIT e FRANSSEN, 1997) Muitos desanimam de procurar emprego, não sendo considerados assim no cômputo dos índices de desemprego.

Mesmo para os jovens que já trabalham, a relação com o trabalho passa a ser mediada pela ameaça do desemprego. Esse passa a ser um elemento constitutivo dos horizontes possíveis para a experiência juvenil nas sociedades contemporâneas, como relata MARTINS(2000: 22) acerca de uma pesquisa sobre jovens metalúrgicos:

“Fiquei impressionada com o número de jovens já com famílias constituídas, sem possibilidade nenhuma desfrutar algum tipo de lazer, de participar de um grupo de jovens, de se associar a um movimento – mesmo os sindicalizados não participam do sindicato, não gostam de política -; a

única preocupação visível diz respeito à ameaça de perda do emprego. Que futuro é possível para esses jovens? Que alternativas eles podem ter?”

Assim, se constitui um campo de experiências da juventude entre o trabalho e a sua ausência, onde os jovens constroem suas experiências atuais e projetam o futuro. As expectativas quanto à escola, a busca por cursos de qualificação e a participação em projetos sociais de transferência de rendas podem ser analisados a partir desse contexto de incertezas quanto ao futuro numa sociedade em que mudou o padrão de inserção no trabalho. (POCHMANN, 1998)

Nesse contexto os processos de transição para a vida adulta anteriormente compreendidos como passagem linear da família à escola e desta ao trabalho e à configuração de um novo lar já não corresponde à realidade. (GALLAND, 1996) A noção de transição para a vida adulta passa ser revista tendo em consideração uma série de mutações sociais, para as quais as transformações nas dinâmicas do mercado de trabalho têm um papel central.

Segundo PAIS (2001), as trajetórias juvenis contemporâneas se tornaram diversificadas e sempre passíveis de reversibilidade. Tratam-se de *trajetórias ioiô*, pois o percurso da vida tem sido marcado por idas e vindas, projetos que se interrompem ou são retomados. Para além da linearidade, as trajetórias juvenis parecem marcadas pela idéia de *labirintos*, que oferecem uma gama de possibilidades (presente) ao mesmo tempo em que convive-se com o risco constante de se perder nas suas teias (futuro). Nesses *labirintos da vida*, os sujeitos são testados cotidianamente na sua capacidade de fazer escolhas e na sua habilidade para realizar seus projetos de vida. Segundo esse autor, as políticas públicas operam com uma lógica inversa, pois “tendem a estandardizar as transições dos jovens para a vida adulta – definindo escolaridades mínimas, circuitos escolares, formação profissional, políticas de emprego” ao passo que os jovens parecem se enquadrar cada vez menos nestas *políticas prescritivas*. (PAIS, 2001: 12)

III – O Programa Primeiro Emprego e os Consórcios Sociais da Juventude

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE, criado pela Lei nº 10.748/2003 de 22 de outubro de 2003 e alterado pela Lei nº 10.940/2004, de 27 de

agosto de 2004,² constitui-se como um instrumento das políticas públicas de juventude do Governo Lula. Coordenado, executado e supervisionado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, o programa tem como objetivo central o combate ao desemprego juvenil por meio de ações que estimulem a contratação de jovens no mercado de trabalho, contribuindo “ para a geração de oportunidades de trabalho decente para a juventude brasileira, mobilizando o governo e a sociedade para a construção conjunta de uma Política Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.” (MTE, 2005: 05)

O público-alvo do programa são jovens entre 16 a 24 anos sem experiência anterior de trabalho no mercado formal, provenientes de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que apresentem baixos níveis de escolaridade. Para participar do programa os jovens devem estar matriculados ou terem concluído o Ensino Médio e se cadastrarem em uma das unidades do Serviço Nacional de Emprego – SINE.

Os Consórcios Sociais da Juventude – CJS, uma das ações que compõem o PNPE, foram implementados a partir de dezembro de 2003, inicialmente em seis experiências: ABC, Belo Horizonte, Distrito Federal, Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador. Eles nascem com os objetivos de ampliar o alcance do programa e atingir um público com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho: deficientes físicos, menores em conflito com a Lei, jovens mães, afro-descendentes e indígenas. Os CSJ pretendem promover a formação profissional, por meio da “inserção digna no mercado de trabalho bem como em suas comunidades mediante à prática da cidadania e da solidariedade”. (ANDRADE, 2005)

O programa tem uma duração de seis meses, período em que os jovens recebem um auxílio no valor de R\$150,00 reais, vale-transporte e lanche enquanto estiverem participando do programa. Em contrapartida devem frequentar as oficinas de Qualificação Profissional e de Qualificação Social e prestar serviço social voluntário. Como complemento às atividades de capacitação profissional, os jovens devem ser inseridos em estágios. O MTE estipulou como meta a inserção de 40% dos jovens no mercado de trabalho.

² A lei 10.940/2004 altera e acrescenta dispositivos na Lei 10.748/2003 que cria o PNPE e à Lei 9.608/1998 que cria o Serviço Voluntário. Além dessas leis, outros dispositivos legais estão relacionados ao programa: o Decreto-Lei nº5598, que regulamenta a Lei 10.097 de Aprendizagem, Decreto-Lei nº 5.199 de 30 de agosto de 2004 que regulamenta a Lei 10.748/2003 e o Decreto-Lei nº 87.497 de 18 de agosto de 1982 que regulamenta a Lei nº 6494 de 07 de dezembro de 1977 sobre o Estágio Curricular.

Assim, podemos dizer que os CSJ não se reduzem a uma política pública de emprego, uma vez que traz elementos muito semelhantes às ações desenvolvidas nos campos das políticas públicas de transferência de rendas para jovens pobres: focalização em jovens em situação de “risco” social e a combinação de algumas ações que visam promover a sua “inclusão” social (qualificação profissional, promoção da escolaridade e inserção social e comunitária dos jovens). Podemos dizer que esse é um modelo de ação comum nas políticas para a juventude implementadas a partir de meados dos anos 90 no Brasil como uma resposta ao crescimento das desigualdades entre os jovens e às dificuldades encontradas por eles para a sua inserção profissional. (SPOSITO e CORROCHANO, 2005)

Na RMBH em 2003, ano em que o CSJ/BH é concebido, a taxa de desemprego total apresentou um aumento de 10,5% ao passar de 18,1% para 20%. O tempo médio de procura de trabalho para 2003, foi de 63 semanas, cinco a mais que em 2002 e 31 a mais que em 1996. (PED/RMBH: 2004) Em 2004, ano em que iniciou-se as atividades do CSJ-BH, a taxa de desemprego anual reduziu-se levemente para 19,3%. (PED/RMBH: 2005)

O programa foi implementado em Belo Horizonte junto com as primeiras experiências desenvolvidas pelo MTE entre março e junho de 2004 e atendeu a 642 jovens, por meio de uma parceria entre dez entidades da sociedade civil³, a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH e o Ministério do Trabalho. Segundo os depoimentos dos gestores, os jovens foram selecionados diretamente pelas entidades participantes e por alguns Núcleos de Atendimento à Família – NAF da PBH.

Em Belo Horizonte, as principais atividades previam a realização de oficinas sócio-educativas (Direitos Humanos, Ética e Cidadania; Arte, Cultura e Esporte; Meio Ambiente, Saúde e Promoção da Qualidade de Vida e Introdução ao trabalho), de oficinas de qualificação profissional (Cursos profissionalizantes;⁴ Inclusão Digital e Qualificação Prática) e ações de integração ao mercado de trabalho (oficina de Treinamento Vocacional, estágio, encaminhamento e acompanhamento no trabalho).

³ AVSI - Associação Voluntários para o Serviço Internacional (Entidade Âncora); MDC - Fundação Movimento, Direito e Cidadania; CRCN - Fundação Centro de Referência da Cultura Negra; UBEE - União Brasileira de Educação e Ensino; AACRAV – Associação dos Amigos do Centro de Referência Audiovisual; IBEIDS – Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social; EDUCAÇÃO em FOCO; CDM - Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana; CESAM – Sociedade Civil Inspetoria São João Bosco; Comunidade KOLPING Padre Teodoro da Vila Belém.

As atividades eram realizadas em diversos locais providenciados pelas entidades parceiras. Esses locais eram espaços cedidos pelas entidades ou forma solicitados de outras entidades próxima ao local de residência dos jovens. Além disso, uma parte das atividades ocorriam no Centro da Juventude, lugar cedido pela Prefeitura de Belo Horizonte e concebido pelo CSJ-BH para ser um ponto de encontro e apoio aos jovens participantes.

IV – Perfil dos jovens

Quanto à idade, a maior parte dos entrevistados tem entre 19 e 20 anos (63,7%) e 21 e 22 anos (25,4%), o que implica que estes jovens tinham entre 16/17 e 19/20 anos no ano em que freqüentaram o CSJ-BH. A maioria é solteira (90,6%), sem filhos (82,6%) e residem com o pai/padrasto e/ou com a mãe/madrasta (80,4%), geralmente em imóveis próprios (89,9%). Em relação ao sexo, 42,8% são homens e 57,2% mulheres.

Quanto à cor, 79% dos entrevistados se identificaram como pretos (26,8%) ou pardos (52,2%). Quanto à renda familiar, 37% declararam uma renda de 1 a 2 salários mínimos, seguidos daqueles com 1 salário mínimo (26,1%) e 2 a 5 salários mínimos (23,2%).

Os dados revelam mais da metade deles tiveram uma iniciação precoce no mundo do trabalho. Dos entrevistados, 10,1% começou a trabalhar com até 13 anos de idade e 40,6% entre 14 e 16 anos. Por outro lado, 23,2% dos jovens entrevistados declararam nunca terem trabalhado.

Na época da pesquisa, 49 jovens (35,5%) disseram que estavam trabalhando, contra 87 (63%) que estavam desempregados. A maior parte dos jovens desempenha atividades no setor de serviços em variadas funções, geralmente na condição de auxiliares ou exercendo atividades que exigem uma baixa qualificação. Uma boa parte desses jovens estão no setor de comércio como atendentes e vendedores. A maioria exerce uma grande variedade de trabalhos.

Com relação à escolaridade, 28,3% dos jovens tem o Ensino Médio completo, apesar da maioria ultrapassar a idade correspondente a esse nível de ensino (apenas 1,4% dos jovens tinha 18 anos no momento da pesquisa). Embora 71,7% dos jovens tenha

⁴ Foram oferecidos os seguintes cursos: Arte culinária; Artesanato; Atendimento Personalizado; Atendimento Público; Auxiliar Administrativo; Eletricista; Produção de Vassouras; Produção Visual; Repositor; Secretária Recepcionista/Atendente e Técnico Administrativo.

escolaridade inferior ao Ensino Médio completo, 55,8% disseram não estudar atualmente. Entre aqueles que estudavam, 95% disseram pretender continuar estudando. Entre os que não estudavam, 85,7% declararam que desejam voltar aos estudos.

V – Os jovens e suas trajetórias: fez diferença participar do CSJ/BH?

Alguns relatos dos jovens apresentam elementos comuns e diferentes modos de elaboração do significado da experiência para eles. Procuramos, por meio das entrevistas realizadas, perceber o significado que a participação nesta ação teve em suas vidas.

a) Cléber: à espera

Cléber, 21 anos, mora com a mãe e a irmã de nove anos em uma vila da região norte de Belo Horizonte numa casa construída num terreno dividido com outras construções onde residem a avó e os tios. Ele tomou conhecimento do Consórcio através do pai que reside no mesmo bairro. Cléber participou do curso de Telemarketing, ministrado num Centro Espírita próximo à sua casa, de segunda a sexta-feira. Atualmente ele está desempregado, realizando “bicos” numa lanchonete em que a mãe é cozinheira. Já concluiu o Ensino Médio, mas não pretende continuar estudando, pois seu interesse maior no momento da entrevista era “conseguir um emprego”.

A entrevista aconteceu na casa do entrevistado. Cléber se mostrou muito receptivo à conceder a entrevista, embora se mostrasse muito fechado, falando pouco e com frases curtas. Das lembranças que tinha do Consórcio, a referência imediata era o curso de qualificação profissional do qual participou. Tratava-se de um curso de *Telemarketing* ministrado por duas professoras de Língua Portuguesa. Ele não soube descrever detalhes sobre o conteúdo do curso, se lembrando apenas que aprendeu a atender ao telefone: “de como a gente tinha que atender ao telefone, conversar...”.

Quando perguntado sobre a avaliação que fazia do curso, sua principal observação se referia ao fato de que o curso não emitiu qualquer certificação, uma reclamação recorrente entre os jovens. A qualificação oferecida em si parece irrelevante uma vez que as referências a conhecimentos e competências adquiridas quase não existem em seu depoimento. Podemos dizer que para Cléber a presença no CSJ se fazia em função de obter um certificado que contribuísse para aumentar suas chances de acesso a um emprego em melhores condições.

O interesse em participar do Consórcio esteve também fortemente condicionado ao recebimento da bolsa, que proporcionava o acesso a vários bens de consumo juvenis. Segundo Cléber, os educadores faziam referência à bolsa como “uma ajuda para tirar os jovens da rua”. A bolsa era usada por ele para sair com os colegas, manter o celular e comprar roupas. Além disso, uma parte desse recurso era utilizada como contribuição para as despesas domésticas. Como observado já em outros programas dessa natureza (LEÃO, 2004), a bolsa era um fator de tensão entre jovens e educadores, uma vez que o atraso no seu repasse causava irritação entre os jovens.

Quando entrou no Programa, Cléber se encontrava no primeiro ano do Ensino Médio estudando à noite. Inicialmente sua trajetória pela escola parece tranqüila, sendo sempre freqüente à Escola. Mas no decorrer da entrevista revela que já foi expulso duas vezes por problemas de indisciplina e levou algumas advertências por notas baixas. Apesar de ter concluído o Ensino Médio, o fez mesmo sendo reprovado em duas disciplinas, Língua Inglesa e Matemática. Ele afirmou não gostar de estudar, sentimento que era comum entre os colegas de sua turma escolar. No momento seu interesse se voltava para o trabalho, não pretendendo continuar seus estudos.

As dificuldades no percurso escolar, marcado por reprovações e conflitos com os professores, são tratadas com naturalidade. Há uma descrença e uma falta de expectativas quanto à educação que parecem resultar de uma experiência compartilhada por ele e seus colegas. Conforme nos lembra GOMES (1997), *a história de vida dos companheiros ou dos vizinhos mais velhos* remetem para uma ausência de valor e de sentido oferecido pelos saberes proporcionados pela escola, uma vez que a experiência deles revela o *fraco impacto da escolaridade na vida da geração anterior*. As poucas referências à sua experiência escolar parecem revelar uma banalização das desigualdades educacionais oferecidas aos jovens brasileiros. O CSJ, segundo Cléber, não teve nenhum impacto na melhoria da sua escolaridade. A educação não se constitui para ele uma referência na qual pretenda investir: “Quero é só trabalhar mesmo! Fazer universidade, esses negócio assim? Não tenho vontade não! Eu ia pra Escola assim... mas ninguém gosta de estudar não! Mas a gente precisa.”

Assim, suas expectativas se deslocam para a inserção no mercado de trabalho. Ele revela ter algumas experiências precárias de trabalho, geralmente fazendo “bicos” na lanchonete onde a mãe trabalha como cozinheira. Essa atividade é valorizada por ele

principalmente pela oportunidade de sair com os colegas no final da jornada e fazer amizades, remetendo para a dimensão da sociabilidade que o trabalho proporciona.

Cléber aspira a conseguir um emprego como auxiliar de escritório, porque é um trabalho que “não pega no pesado”. Ele disse já ter procurado vagas diversas vezes em agências de intermediação de mão-de-obra como a AGIT ou o SINE,⁵ chegando a fazer algumas entrevistas, mas não conseguiu obter emprego devido à falta de experiência. Segundo ele o CSJ não teve nenhum impacto nesse sentido, uma vez que ele e seus colegas continuam desempregados: “... ninguém trabalhou por causa desse curso. (...) Um bocado de gente agora está trabalhando, mas não foi por causa do curso não! ” Da mesma forma a experiência de estágio oferecida no Corpo de Bombeiros não teve uma relação com o curso que fazia, não sendo uma experiência significativa para ele.

O programa parece ter tido muito pouco impacto na vida de Cléber. Suas expectativas parecem baixas, resumindo-se ao conseguir um emprego formal, sem grandes pretensões quanto ao tipo de trabalho. Sua vida, pelo seu depoimento, transcorre entre a casa, cuidando da irmã para que a mãe possa trabalhar, e o tempo em que consegue alguma atividade temporária. Além disso não há nenhuma atividade corriqueira de lazer ou de participação social, revelando uma juventude que “passa” ao largo das oportunidades que a sociedade e o Estado lhe poderia oferecer em termos de educação, trabalho, lazer, cultura e esportes.

b) Wesley: entre o trabalho e a família

Wesley, com 19 anos, teve sua primeira experiência de trabalho aos 16 anos. Ele mora junto com os pais e uma irmã num bairro popular da região noroeste de Belo Horizonte, numa pequena casa construída nos fundos da casa da avó. Com o Ensino Médio completo, segundo ele sua vida escolar foi boa, sem grandes dificuldades: “... eu gostava, não gostava tanto assim, igual aqueles meninos *neurados* assim por estudar, mas eu gostava de estudar, eu gostava de ta aprendendo os negócios das matérias que o professor passava pra nós.” Wesley sempre estudou em escolas públicas do próprio bairro que, segundo ele, não eram escolas excelentes, mas eram de boa qualidade. Na sua experiência o principal problema eram as faltas e a rotatividade dos professores. Para ele o programa não teve

⁵ Serviço Nacional ...

nenhuma ação direcionada a ampliar a escolaridade dos jovens, além do estímulo dos educadores ao afirmarem a importância dos estudos para os seus projetos futuros.

A sua rotina antes do Consórcio se dividia entre a escola, a casa e um bico que fazia como ajudante no ônibus do primo três vezes por semana. O que conseguia nesse trabalho ele gastava saindo com os amigos, freqüentando *shoppings* e comprando coisas para si. Ele valorizava este trabalho pela independência financeira que proporcionava em relação aos pais. O primeiro emprego formal de Wesley foi como atendente uma padaria durante um ano e meio. Nessa época ele conciliava os estudos na terceira série do Ensino Médio com o trabalho. O emprego na padaria foi conquistado por meio do SINE. Atualmente Wesley trabalha na recepção de um hotel controlando a entrada e saída de hóspedes, ocupação para a qual foi indicado por uma colega do trabalho anterior. Ele afirma gostar do trabalho, mas não pretende continuar. Ele deseja fazer um curso superior em veterinária porque “gosta de mexer com animais”, embora não tenha tomado nenhuma iniciativa no sentido para concretizar tal desejo.

Wesley declarou que ficou sabendo do curso pelos amigos e através da Igreja Católica do bairro que seus pais costumam freqüentar. O programa foi executado por uma instituição religiosa. Ele freqüentou o curso de Técnico Administrativo, que para ele foi uma boa experiência em vários sentidos: o aprendizado que proporcionou, o fato de ocupar um tempo que normalmente era ocioso e pela bolsa oferecida. Quanto aos conteúdos, Wesley faz referências principalmente às aulas sobre direitos e deveres dos trabalhadores e às orientações quanto à procura de trabalho. Segundo ele o impacto foi positivo pois com 17 anos já estava trabalhando, embora não faça nenhuma relação imediata entre o acesso a esse primeiro emprego e o programa. Outro aspecto positivo indicado por ele refere-se ao âmbito da sociabilidade, uma vez que freqüentar o programa permitia sair do bairro, sair com os educadores e os jovens para *shoppings* e bares.

Quanto ao estágio oferecido, esse jovem nos relata duas experiências. Na primeira, numa ONG que realiza atividades culturais, Wesley executava atividades de secretaria como atendimentos, agendamentos de eventos, serviços de office-boy, etc. Uma segunda experiência foi realizada na Delegacia Regional do Trabalho, onde trabalhava basicamente com arquivamento de documentos e digitação de textos. Embora avalie como excelente, podemos nos questionar sobre a circulação desse jovem por mais de uma experiência de

estágio em curto período de tempo. Além disso, esses estágio parecem se caracterizarem como uma situação de trabalho uma vez que não haviam atividades de formação e orientação durante a sua realização.

Assim como na experiência de Cléber, também Wesley declarou que não houve nenhum encaminhamento dos jovens para o mercado de trabalho. Embora a entidade executora tenha alertado que não haveria como encaminhar a todos os jovens para o mercado de trabalho, havia o compromisso de que alguns seriam indicados a uma vaga. Segundo ele, aqueles jovens que conseguiram se inserir o fizeram por indicações de amigos/parentes, agências de intermediação e busca aleatória de trabalho.

A experiência no programa parece ter ocorrido em melhores condições para Wesley em relação a Cléber. Mesmo reconhecendo que o curso não teve uma relação direta com o encaminhamento ao mercado de trabalho, em seu depoimento há referências positivas às atividades das quais participou no Centro da Juventude, aos momentos de sociabilidade com os colegas e educadores e às experiências de estágio. Para esse jovem, que contou com uma trajetória escolar menos atribulada e com certeza com uma rede social de apoio mais ampla, o curso adquiriu um sentido mais positivo. Nesse sentido, conforme sugere MADEIRA (2004: 92) a respeito das políticas de primeiro emprego, esses programas podem estar favorecendo aqueles jovens que “ocupam situações socioeconômicas mais favoráveis”. Da mesma forma, essa autora reconhece nos jovens que pesquisou uma tendência a concentrar na aprendizagem e na sociabilidade as avaliações positivas acerca das experiências das quais fizeram parte.

c) Mariane: entre ser jovem e adulta

Mariane, 18 anos, do mesmo bairro que Wesley, reside em casa própria com o pai viúvo e o irmão, numa pequena construção nos fundos da casa da avó. Ela soube do Consórcio através de uma amiga, se interessando em participar por ser uma oportunidade de conseguir um futuro emprego ou um estágio na área de *telemarketing*.

Mariane concluiu o Ensino Médio em 2005 e pretendia prestar vestibular em matemática no ano em que foi entrevistada. Ela teve uma trajetória escolar relativamente tranquila: “Nunca peguei recuperação, bomba, nada disso, sempre passando direto.” Ela pretende continuar os estudos e para isso parou de trabalhar, com o apoio do pai, para se preparar para o vestibular. Com relação ao programa, não viu nenhuma intervenção com

relação à ampliação da escolaridade dos colegas, a não ser a exigência de matrícula na escola para frequentar o curso e receber a bolsa oferecida.

Ela tinha uma avaliação positiva do CSJ, principalmente no que se refere às trocas de experiências entre os jovens de sua turma, com os quais ainda preserva amizade. Em determinados momentos da sua entrevista, no entanto, faz críticas à organização precária, aos problemas de estrutura como o pequeno número de computadores para o Curso de Informática e principalmente à falta de certificação. Ela tinha a expectativa de atuar na área do curso oferecido, mas através do consórcio não teve a oportunidade de colocar em prática tudo o que aprendeu. Seu estágio ocorreu durante um mês na sede da instituição executora do curso: “Eles me colocaram na secretaria para atender ao telefone, passando informações sobre os cursos que são oferecidos”. Dos jovens entrevistados, Mariane parece ser aquela que tinha maiores expectativas quanto a obter uma oportunidade de trabalho por meio do programa. Talvez por isso suas críticas sejam maiores.

Um outro aspecto negativo para ela se referia aos critérios de seleção para o programa que não foram justos, pois algumas colegas, em piores condições que ela, não tiveram oportunidade de fazer o curso. Ela revela uma certa desconfiança quanto ao processo de escolha dos jovens: “Eu sei que de repente apareceram esses quarenta que foram selecionados, igual, muita gente que não precisava estar lá esteve e muita gente que precisava não esteve... Precisava muito mais, até mesmo do que eu.”

O curso assumia um sentido específico na sua experiência juvenil. Ela se considera uma pessoa muito responsável, forçada a amadurecer antes dos outros jovens: “Fases que a maioria dos adolescentes e jovens vivem, eu não vivi. Sempre fui uma pessoa centrada, responsável prá caramba.” Segundo ela isso não faz com que ela deixe de ser jovem, mas de uma forma diferente: “jovem eu sou até hoje, e cada dia que passa eu acho que eu sou uma jovem mais responsável, jovem com o pé um pouquinho a mais na fase adulta da vida, né?” A relação com os estudos reflete esse modo de ser: “Ah, primeiro estudar, depois eu faço qualquer coisa. E com isso eu criei uma responsabilidade maior.”

Sua trajetória está marcada pela combinação entre estudo e trabalho. Antes do Consórcio ela trabalhava informalmente com um tio fazendo sapatos. Ao final do curso, como não conseguiu um emprego, voltou a essa atividade. Depois disso trabalhou durante

três meses com carteira assinada em um emprego temporário no comércio no período do Natal. Depois disso não teve nenhum trabalho formal, fazendo um “bico aqui, outro ali”.

Na época da entrevista ela tinha decidido, investir na preparação para o vestibular, deixando o emprego anterior e contando com o apoio do pai para isso. Seu projeto era conciliar o curso superior à noite com algum trabalho durante o dia. Ela parece construir um percurso onde a escolaridade adquire um lugar central nos seus projetos de vida: “Eu tenho vontade de continuar meus estudos, fazer um curso que eu goste e conseguir um emprego na área que eu goste também. Eu sonho em ter minha casa própria, ter minha família. Sei lá, construir minha vida assim, porque eu acho que é o que todo mundo sonha, né? Ter uma família, uma casa, um lugar pra morar, ser feliz, saúde e o resto a gente corre atrás, ralar bastante e tal. São planos básicos assim... Não tenho sonhos muito mirabolantes de ter uma mansão, nem nada do gênero não.”

Dos jovens pesquisados, Mariane parece ser aquela que tem maiores aspirações de ascensão social por meio da educação e da formação profissional. Ao mesmo tempo alimenta suas expectativas nos limites do que a vida lhe oferece, sem grandes pretensões, vislumbrando já as dificuldades que teria para conduzir o curso superior, mas disposta a não perder de vista seus projetos futuros.

d) Fabiana: o que conta é o presente

Com 19 anos, Fabiana mora com os pais e uma irmã em um bairro de classe média alta situado na região noroeste de Belo Horizonte, em um apartamento financiado. Ficou sabendo do programa através de um amigo que estava fazendo a seleção dos jovens na igreja católica local. Nessa época ela residia com a família no bairro onde foi realizado o curso, mudando-se posteriormente. Dos jovens entrevistados, ela é aquela cuja família tem melhores condições sócio-econômicas. O pai é caminhoneiro e a mãe do lar. Ela trabalha atualmente no Setor de Faturamento de uma grande rede de lojas de departamentos, mas aguardava uma promoção. Esse emprego foi conseguido pela indicação da irmã que também trabalha na mesma empresa.

Após a conclusão do Ensino Médio, Fabiana passou no vestibular de uma faculdade particular, mas desistiu de se matricular devido ao valor do curso e ao fato de ser na parte da manhã, o que a impossibilitaria de trabalhar. Para o ano seguinte pretendia fazer

vestibular para Assistência Social, porque acreditava que o curso tem uma ampla área de atuação e por permitir trabalhar diretamente com as pessoas.

Fabiana avalia o Consórcio de forma geral positivamente, dizendo que o programa acrescentou bastante em sua vida. Ela lembrou principalmente os aspectos ligados à formação geral como os cursos de meio-ambiente, artes e palestras. No entanto, segundo ela, esses cursos foram “picados durante o período” o que contribuiu para uma organização fragmentada dos conteúdos abordados.

Por outro lado ela reforça algumas críticas já apresentadas pelos outros jovens entrevistados com relação a forma de execução do mesmo. Em geral se refere à falta de organização do curso, com dificuldades de estrutura e funcionamento que prejudicaram o seu desenvolvimento. Assim, ao falar do Centro da Juventude, ela faz críticas ao pouco espaço e à precariedade das condições de funcionamento, o que impediu que as turmas se reunissem mais e se conhecessem.

Para ela, um grande problema se referia ao curto período do estágio que considerava ser uma atividade central: “... porque o estágio é o que mais pega aqui no conhecimento”. Posteriormente Fabiana trabalhou no Setor de Telemarketing e pôde verificar que o curso oferecido não era suficiente para exercer suas funções nessa atividade.

Outro aspecto já citado por todos os jovens se refere ao curso de informática. Ela lembra que o curso de Introdução à Informática teve sérios problemas de organização, sem o número necessário de equipamentos e sem conexão com a *internet*. Assim, muitas vezes as atividades tinham que ser improvisadas: “Nós acabamos mesmo é vendo filme, porque as situações eram muito precárias”. Da mesma forma, o encaminhamento para o mercado de trabalho constituiu-se de uma promessa não cumprida: “Então garantiram uma coisa pra gente que ninguém teve, ninguém teve o retorno, ninguém teve nada.”

Embora tivesse, como Mariane, algumas expectativas quanto ao curso e comungue de várias críticas com outros colegas, a sua melhor condição social parece ter contribuído para que ela alimentasse menores expectativas quanto ao curso. Assim pode falar com menos frustração do programa e na condição de alguém que não sente tanto o peso do futuro. Ela fala em fazer um curso superior com certa displicência, sem muita convicção, deixando transparecer que isto não é uma prioridade para ela no momento. Na época em que foi entrevistada sua rotina estava dividida entre o trabalho, a auto-escola e o namorado.

Assim, ancorada numa certa estabilidade e na tranqüilidade momentânea que o trabalho em uma grande empresa pode lhe oferecer, ela parece “aproveitar a juventude”, vivendo mais intensamente o presente.

VI – Conclusão

De uma maneira geral, podemos dizer que os jovens valorizavam sobretudo as dimensões do aprendizado e das relações de sociabilidade, sobretudo para aquelas turmas que tiveram uma melhor estrutura de funcionamento. Além disso, freqüentar o curso imprimia uma certa rotina na vida deles, preenchendo um tempo que sentiam como “tempo vazio”. Nesse sentido é compreensível que alguns jovens tendam a referendar o discurso de “ocupação do tempo ocioso” como justificativa para os programas.

Da mesma forma, havia uma expectativa comum quanto à formação profissional e ao encaminhamento ao mercado de trabalho alimentada pelas dificuldades vividas sobretudo para se conseguir um primeiro emprego. As críticas mais fortes ao programa referiam-se ao sentimento de frustração com a promessa não cumprida.

Para além desses elementos comuns, as entrevistas com os jovens acenam para diferentes sentidos e atitudes frente ao curso e à condição juvenil. Mariane, para quem investir na sua formação parece ser central em seus projetos futuros, faz as críticas mais contundentes à experiência do CSJ/BH. Os outros jovens, embora não deixando de comungar do mesmo ponto de vista, tendem a se posicionar de uma forma mais distanciada.

Fabiana e Wesley, que conseguiram por caminhos próprios a sua inserção profissional, parecem menos pressionados pelo futuro. A continuidade dos estudos é vislumbrada como uma possibilidade, mas de uma forma menos investida no presente. Esses jovens parecem mais voltados para usufruir o presente.

Já para Cléber o presente adquire um sentido maior de precariedade. A possibilidade de articular qualquer perspectiva futura por meio da educação está distante para ele. Suas expectativas concentram-se em conseguir qualquer trabalho, embora aspire a um emprego em escritório. Em vista de suas buscas frustradas, seu depoimento parece indicar um “estado de espera” administrado a partir dos bicos que consegue.

O que os jovens podem esperar das políticas públicas? Ao buscarmos na experiência pesquisada uma resposta para essa questão, parece-nos que somos confrontados com um modelo recorrente na concepção e implementação das políticas de juventude no

Brasil. Esse modelo, que se ampliou a partir da segunda metade dos anos 90 e se expande mais fortemente no início deste século, se assenta preferencialmente no desenvolvimento de programas de transferência de rendas para jovens pobres que em geral combinam três objetivos: oficinas de qualificação profissional e formação humana, ações de promoção da escolaridade e desenvolvimento de trabalhos comunitários.

Ele pressupõe, como já assinalamos acima, uma transição linear para a vida adulta, que se iniciaria com a conclusão da escolaridade e a inserção em uma atividade profissional duradoura. O programa pretende promover tal transição, permitindo que esses jovens tenham melhores de construção de fazer tal percurso.

Ele supõe também uma visão homogênea sobre os jovens pobres, como se suas expectativas e modos de viver a juventude estivessem a princípio determinadas pela sua situação sócioeconômica. No entanto, os depoimentos parecem indicar diferentes perspectivas de vivência quanto à juventude que conformava também variados sentidos sobre a inserção de cada um no programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Gladys. Mercado de Trabalho, Conjunturas e Análise. Brasília: MTE, fevereiro, 2005.
- BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. O trabalho, busca de sentido. *Juventude e contemporaneidade. Rev. Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 76-95, maio-ago./set.-dez. 1997. Edição Especial.
- Boletim Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte – PED/ RMBH 2004 – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. DIEESE.
- Boletim Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte – PED/ RMBH 2005 – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. DIEESE.
- CHIESI, Antonio; MARTINELLI, Alberto. O trabalho como escolha e oportunidade. *Juventude e contemporaneidade. Rev. Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 110 - 125, maio-ago./set.-dez. 1997. Edição Especial.
- CORROCHANO, Maria Carla. *Jovens olhares sobre o mundo do trabalho. Um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GOMES, Jerusa Vieira. Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. *Juventude e contemporaneidade. Rev. Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 53 - 63, maio-ago./set.-dez. 1997. Edição Especial.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. “Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?” In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

- LEÃO, Geraldo M. P. (2004). *Pedagogia da cidadania tutelada: lapidar corpos e mentes. Uma análise de um programa federal de inclusão social de jovens pobres*. 2004. 316 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- MADEIRA, Felícia Reicher. “A improvisação na concepção de programas sociais. Muitas convicções, poucas constatações. O caso do primeiro emprego.” *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n. 18, vol. 2, p. 79-94, São Paulo, 2004.
- MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. *Juventude e contemporaneidade. Rev. Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 96-109, maio-ago./set.-dez. 1997. Edição Especial.
- MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. “A juventude no contexto da reestruturação produtiva.” In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia; SPÓSITO, Marília Pontes. (Org.) *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Termo de Referência do Consórcio Social da Juventude. Brasília, MTE, junho, 2005.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Termo de Referência, concepção de aprendizagem - PNPE. Brasília: MTE, 2004.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Coordenação de Miriam Abromovay e Mary Garcia Castro. Brasília: UNESCO, 2006.
- PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar, 2001.
- POCHMANN, Márcio. *A inserção ocupacional e os empregos dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.
- QUEIROZ, Edna M. O. e CANESIN, Maria Tereza. “O ser jovem nas relações com o trabalho, a escola e a família.” *Anais da 25ª Reunião Anual da Anped*. Caxambu, 2002.
- SANCHIS, Enric. *Da escola ao desemprego*. Rio de Janeiro: Agir, 1997.
- SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Carla. A face oculta dos programas de transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 2, n. 17, p. 141-172, nov. 2005.